

Vote no Plebiscito da Dívida!

Participe: de 4 a 6 de setembro, deposite seu voto na sua unidade

Nos dias 4, 5 e 6 de setembro a comunidade da USP estará participando do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, organizado pela CNBB com a participação de inúmeras entidades populares e sindicais e de partidos políticos.

O Plebiscito pretende divulgar amplamente junto à população o problema da dívida externa brasileira, que atinge hoje mais de 240 bilhões de dólares e impõe enormes sacrifícios ao povo brasileiro, em razão dos acordos firmados com o FMI e da transferência de capitais para o exterior.

O governo brasileiro demonstra nervosismo, procurando abafar o debate. O ministro Malan atacou os organizadores do Plebiscito, classificando-o como inútil e despropositado, o que motivou uma resposta da coordenação nacional do Plebiscito (leia a íntegra da resposta na p. 2).

DCE, Sintusp, Adusp e as entidades representativas dos trabalhadores do IPEN, IPT e Instituto Butantan formaram um Comitê Organizador do Plebiscito da Dívida Externa.

Serão abertas urnas em vários pontos do campus para recolher a opinião sobre as graves questões do endividamento brasileiro.

Professores, alunos e funcionários poderão votar com a mesma cédula e na mesma urna. O representante de sua unidade no CR informará local e horário da votação.



Fotos Daniel Garcia



ESCOLHA APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS EM CADA PERGUNTA

Sobre o FMI
O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI ?

Sim Não

Sobre a Dívida Externa
O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988 ?

Sim Não

Sobre a Dívida Interna
Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores ?

Sim Não

Modelo da cédula a ser utilizada no Plebiscito. À esquerda, acima, debate sobre a dívida realizado na FEA. Ao lado, um dos participantes do debate, o deputado federal e ex-ministro do regime militar Delfim Neto

Debate entre Marilena e Bresser abre IV Congresso

Marilena Chauí, da USP, e Luiz Carlos Bresser Pereira, da FGV, farão o debate inaugural da abertura do IV Congresso da USP, no dia 20 de setembro, às 18 horas, no Anfiteatro de Convenções da USP. O IV Congresso será realizado em 2001 (p. 4).

O IV Congresso anima discussões acadêmicas e políticas na universidade

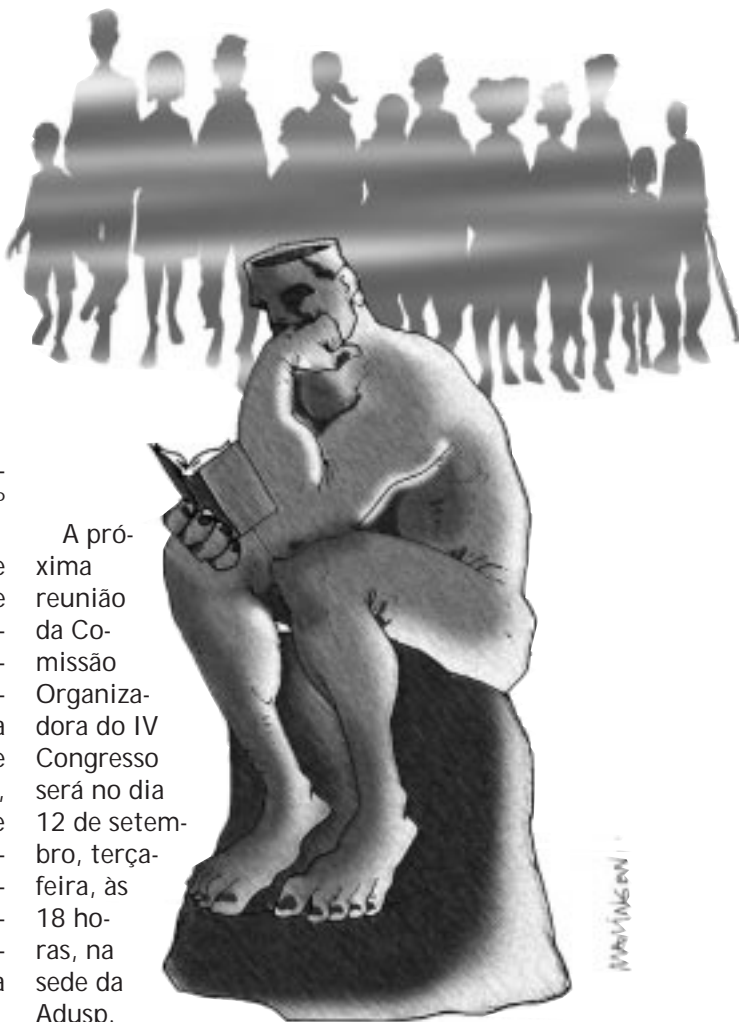
"A universidade que queremos: crítica ou produtivista?", debate que vai opor a filósofa e professora Marilena Chauí, da USP, ao ex-ministro da Ciência e Tecnologia e professor Luiz Carlos Bresser Pereira, da FGV, marcará a abertura pública do IV Congresso da USP. O evento, marcado para o dia 20 de setembro, às 18 horas, no Anfiteatro de Convenções da USP, deverá contar também com alguns momentos festivos, incluindo a presença do grupo de teatro dos estudantes da EAD. O IV Congresso será realizado em 2001.

Os detalhes dos eventos de abertura foram acertados no dia 29 de agosto, quando ocorreu a sexta reunião da Comissão Organizadora do IV Congresso. Foi discutida também a estrutura da primeira Plenária Aberta sobre o direcionamento político do congresso. Decidiu-se que essa primeira Plenária, no dia 1º de setembro, traria uma breve apresentação his-

tórica dos três congressos anteriores, além de um levantamento e subsequente discussão de temas preparatórios do IV Congresso, políticos e acadêmicos.

O clima propiciado pela greve e pela construção do IV Congresso fomentou a eclosão, na USP, de vários eventos nos próximos meses: entre os dias 14 e 17 de setembro, o 6º Congresso dos Estudantes; de 20 a 23 do mesmo mês, o 1º Congresso dos Pós-Graduandos; e em novembro, o 3º Congresso dos Funcionários.

Portanto, paralelamente aos cursos de graduação e pós-graduação, das pesquisas, dos seminários e eventos diversos que normalmente ocupam a vida acadêmica de alunos, funcionários e professores da universidade, teremos oportunidade de participar de atividades políticas importantes, que discutirão os rumos, os modelos, a democracia e a inserção da universidade na vida do país.



A próxima reunião da Comissão Organizadora do IV Congresso será no dia 12 de setembro, terça-feira, às 18 horas, na sede da Adusp.

Pós-graduandos debatem seu papel na USP

Repensar o papel da pós-graduação na universidade, questionando ainda a participação da Associação dos Pós-Graduandos nessas questões. São esses dois dos principais objetivos do 1º Congresso dos Pós-Graduandos da USP, que acontecerá entre os dias 20 e 23 de setembro, no Instituto de Física.

A comissão organizadora do 1º Congresso realizou no dia 22 de agosto o debate preparatório "O que é a Pós-Graduação?", que contou com a participação dos professores Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp e docente do IME, Ariovaldo de Oliveira, da

FFLCH, e Gerhard Malnic, do ICB.

O 1º Congresso será aberto no dia 20 de setembro, às 15h, com a presença dos professores Octávio Ianni, da Unicamp, e Roberto Leher, presidente da Andes. Até o fechamento dessa edição já estava confirmado o debate "Ciência e Tecnologia", no dia 21, às 20h, com a participação de Ivan Valente (ex-deputado federal do PT) e Marcos Magalhães (presidente da Adusp). Outras informações sobre o 1º Congresso podem ser obtidas pelo telefone 3818-3311, por e-mail: congresso_pos@yahoo.com.br ou na Internet (www.ime.usp.br/~npg/congresso).

Estudantes realizam 6º Congresso

O 6º Congresso dos Estudantes da USP, que acontece entre os dias 14 e 17 de setembro, coloca em debate o tema "Democracia e Universidade". Realizado a cada dois anos, o Congresso tem a função de preparar o movimento estudantil para o próximo período, colaborar na formação política e propor uma reflexão a respeito das atuais formas de atuação dos estudantes.

Após as atividades da greve, a necessidade de se discutir a estrutura de poder na USP e as formas de participação e representação se tornaram evidentes. A abertura do congresso será realizada com uma palestra do professor Antônio Cândido, no dia 14, às 14h, no gramado da Reitoria.

Organizado pelo DCE e centros acadêmicos, o 6º Congresso dos Estudantes da USP terá seu momento festivo na sexta-feira, às 22h, com um show no estacionamento do Banespa.

Plenária da FFLCH debate Estatuto da USP

A FFLCH realizou, no dia 29 de agosto, sua terceira plenária conjunta de estudantes, funcionários e professores. Estiveram em pauta o debate de mudanças no Estatuto da USP, a questão dos "claros" de professores e funcionários e a organização de pauta e cronograma de atividades para o segundo semestre, com ênfase para as atividades relacionadas ao IV Congresso da USP.

"Em nossa história, já houve momentos em que diversas plenárias foram convocadas e realizadas. A novidade desta vez é que houve uma decisão política de dar-lhes regularidade", afirma o professor Flávio Aguiar, presidente das plenárias, indicado pela Congregação da FFLCH.

A decisão nasceu nas assembleias setoriais durante o processo de greve e foi depois



Carlos Gueller

Plenária na FFLCH reuniu cerca de 50 pessoas

corroborada e institucionalizada pela Congregação, tornando as plenárias oficiais. Elas têm caráter indicativo para os órgãos e instâncias institucionais da Faculdade.

A última plenária apreciou informe do CTA, solicitado na plenária anterior, sobre os pedidos de claros para contratação de professores. O CTA comunicou a existência

de 30 claros emergenciais de professores na FFLCH. Pedido de abertura de claros para contratação de vigilantes e porteiros já está em mãos da Reitoria, para estudos.

Também foram discutidas propostas da Congregação sobre o Estatuto. Uma delas esgota a escolha do diretor e vice-diretor no âmbito das próprias unidades, sem interferência, portanto, do reitor. Outra estende a participação do Colégio Eleitoral ao segundo turno do processo de escolha do reitor. Atualmente, só o CO participa da definição da lista tríplice.

O principal encaminhamento prático aprovado pela plenária quanto ao Estatuto é a proposta de que se abra espaço, no CO e no futuro Fórum Universitário, para que as unidades possam expor suas propostas de mudanças.

Baixada Santista ainda espera Universidade Pública

Apesar de contar com uma grande parte da população do Estado e colaborar com razoável porcentagem do PIB de São Paulo, a Baixada Santista não possui até hoje uma universidade pública. Promessas não faltam, mas pouco se fez para cumprir o que determina a Constituição Estadual.

O presidente do Movimento pela Universidade Pública na Baixada Santista, Vale do Ribeira e Litoral (MUP-BS), Kazuhiro Uehara, ressalta que a lei define claramente que se implantarão universidades em regiões de determinada densidade demográfica, exigência que a Baixada já atende há muito.

Kazuhiro lembra, porém, que José Aníbal, secretário estadual de Ciência e Tecnologia, alegou em uma reunião no ano passado que não existem verbas para se criar uma quarta universidade pública em São Paulo. A expansão da USP, Unesp ou Unicamp foi colocada então como alternativa, aceita pelo MUP como solução a curto prazo.

No caso da USP, a pedra fundamental para a Poli Cu-

batão foi lançada em 1998, mas as obras pararam logo em seguida. Segundo o presidente do MUP, existem verbas para as obras e equipamentos, além de o terreno já estar desapropriado.

"O problema são os salários, que viriam de uma parceria com a Fiesp em que a questão da autonomia universitária é ignorada", critica Kazuhiro. Para definir a questão, Kazuhiro vem tentando realizar uma reunião com José Aníbal, a Fiesp e a USP.

Já com relação à Unesp, existe em São Vicente uma área utilizada somente para fazer reuniões, conferências e debates, e que foi promovida a campus em abril do ano passado. Apesar de ter sido dado um prazo de 60 dias para que fossem definidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem realizadas no novo campus, nada foi feito desde então.

Enquanto a Baixada Santista aguarda verbas para ao menos um dos projetos, Kazuhiro lembra que a Universidade Metropolitana de Santos, particular, foi construída com verba do BNDES.

Prazos de contratos podem ser superiores a três anos

A Consultoria Jurídica da USP respondeu afirmativamente a uma consulta do Instituto de Matemática e Estatística acerca da possibilidade de renovação de contratos de docentes por períodos superiores a três anos. Não existe prazo específico definido com relação à matéria, que interessa aos professores contratados em regime precário.

Do ponto de vista estritamente normativo, diz a CJ, "não vislumbramos óbice a eventual pedido de renovação por prazo superior ao consignado". No entanto, no entender da CJ, "a questão deverá, caso a caso, ser objeto de exame" da CERT. Leia, abaixo, um excerto do parecer sobre o assunto, elaborado pelo procurador Luis Gustavo Primos:

"Não há, no âmbito desta Universidade, norma expressa que regule a matéria. No entanto, a USP tem adotado, como padrão administrativo, tal renovação pela periodicidade aludida, havendo relatos, em situações excepcionais, por prazo inferior.

Todavia, do ponto de vista estritamente normativo, não vislumbramos óbice a eventual pedido de renovação por prazo superior ao consignado. Porém a questão deverá, caso a caso, ser objeto de exame pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho-CERT, conforme determina seu Regimento Interno (artigos 6º, IV e 7º), aprovado pela resolução 3.531/89.

Outrossim, cabe salientar que o regime jurídico dos docentes contratados se encontra em análise e discussão nos Órgãos Centrais da Universidade, sendo que, dentre outros aspectos, se debate a questão em tela".

Deputado denuncia desvio de R\$ 672 milhões da educação em 2000

O governo de São Paulo continua desviando verbas da educação. A conclusão é do deputado estadual Cesar Callegari (PSB). Ao analisar dados publicados no Diário Oficial de 28 de julho, Callegari constatou que 672 milhões de reais que deveriam ser destinados à educação foram investidos em outros setores no primeiro semestre de 2000.

A Constituição Estadual determina que pelo menos 30% da receita proveniente de impostos vinculados sejam investidos no setor edu-

cacional, mas os investimentos do governo corresponderam somente a 24%. Callegari denuncia ainda que cerca de 40% das despesas da Secretaria Estadual da Educação estão sendo destinados ao pagamento de aposentadorias, quando deveriam sair do Tesouro estadual.

O deputado César Callegari presidiu a CPI da Educação, que em seus trabalhos apurou que o governo Covas deixou de investir 6,4 bilhões de reais no setor entre 1995 e 1998. As verbas teriam sido desviadas por meio de 14 irregularidades documentadas

pela CPI, que vão desde investimentos no mercado financeiro até recursos para zoológicos. As universidades públicas deixaram de receber 200 milhões de reais no período, referentes a repasses do ICMS (sem considerar os gastos com inativos).

O relatório final foi aprovado por quatro votos a zero pela CPI. Os três deputados da base governista (dois do PSDB, um do PFL) não compareceram à votação no horário determinado. O deputado Roberto Engler (PSDB) entrou com recurso regimental para anular a vota-

ção final. O recurso foi acatado pelo presidente da Assembleia Legislativa, Vanderlei Macris (PSDB), mas o material produzido foi encaminhado ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, ressalta Callegari.

O parecer encaminhado aos promotores pede que o montante desviado seja devolvido à educação, que sejam responsabilizadas as autoridades envolvidas e controlada a aplicação das verbas públicas, para impedir-se que os desvios continuem ocorrendo.

Carta aberta ao ministro Pedro Malan

As recentes declarações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, quanto ao Plebiscito Nacional da Dívida Externa, que acontecerá de 2 a 7 de setembro, obriga a Coordenação Nacional da Campanha pelo Plebiscito a prestar alguns esclarecimentos públicos.

1º - O Plebiscito da Dívida Externa não é uma iniciativa de partidos políticos, conforme afirma o ministro Pedro Malan. A organização deste movimento cívico reúne centenas de sindicatos, movimentos sociais e diversas organizações da sociedade civil, entre as quais destacam-se a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, CUT - Central Única dos Trabalhadores, UNE - União Nacional dos Estudantes, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a CMP - Central de Movimentos Populares. A estas entidades somam-se partidos políticos, além de governos estaduais, assembleias le-

gislativas e câmaras municipais que vêm emprestando seu apoio institucional à iniciativa.

2º - O Plebiscito da Dívida Externa faz parte do calendário de mobilizações da Campanha Internacional Jubileu 2000, iniciada pelo Vaticano, que prega o cancelamento das dívidas dos países empobrecidos. Esta iniciativa reúne hoje em todos os cantos do mundo igrejas cristãs, muçulmanas, afro-brasileiras e organizações não governamentais que acreditam que o desenvolvimento da humanidade exige o desendividamento dos países.

3º - O Plebiscito não é a "promoção do calote" das dívidas financeiras, conforme afirma o ministro. Este movimento pretende acima de tudo estimular a reflexão da sociedade brasileira sobre a questão do endividamento - um debate essencial para a nossa cidadania.

4º - As entidades envolvidas na convocação do Plebiscito são contrárias a qualquer calote, especialmente o calote das dívidas

sociais das quais o credor é o povo brasileiro. Até por isso fazemos questão de destacar que parcelas substanciais de nossas dívidas externa e interna já foram pagas, mais de uma vez. Não concordamos, portanto, com as diretrizes econômicas adotadas pelo governo FHC que prioriza o pagamento das dívidas financeiras, desviando recursos da área social para garantir que as metas estipuladas pelo FMI sejam cumpridas.

Ressaltamos que o Plebiscito é uma ação democrática. Esperamos que todos se unam para engrandecer o debate sobre a dívida. Nós acreditamos que o povo merece/pode/deve saber a gravidade das dívidas interna e externa. Acreditamos que é importante que o povo saiba porque o Orçamento da União deste ano dedica R\$ 144 bilhões ao serviço e rolagem das dívidas interna e externa e apenas R\$ 33 bilhões para a área social. Também queremos entender como a dívida externa brasileira cresceu de 148 bilhões de dólares, quando

FHC tomou posse em janeiro de 1995, para 241 bilhões de dólares em dezembro de 1999, apesar de o Brasil ter pago, entre juros, amortizações e rolagem, mais de 186 bilhões de dólares no período.

No Plebiscito, nossa campanha é pelo NÃO. Nosso lema é A VIDA ACIMA DA DÍVIDA. Mas se o ministro da Fazenda e o presidente da República pensam diferente, que tentem convencer a população a dizer "SIM" ao acordo com o FMI, ao pagamento da dívida externa sem auditoria e à sangria de recursos do país para enriquecer aos especuladores.

Por fim, lamentamos que o ministro Malan, tão vinculado à globalização neoliberal, seja tão insensível à globalização de iniciativas que visem a redução de desigualdades entre as nações e os seres humanos, como propõe a Campanha Jubileu 2000.

Coordenação Nacional da Campanha pelo Plebiscito da Dívida Externa